REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO
https://doi.org/10.21747/21833958/red18a5

Negação e gênero na fala pública brasileira

ANTONIO PABLO MOURA LIMA
pablomoura20@gmail.com

Mestre em Ciências da Linguagem pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil (2020).
Professor de Língua Portuguesa da Rede Estadual do Rio Grande do Norte, Brasil.
ORCiD: https://orcid.org/0009-0009-8032-8543

EDGLEY FREIRE TAVARES
edgleyfreire@uern.br

Doutor em Linguística. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil (2015).
Professor Formador do curso de Letras EAD da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil.
ORCiD: https://orcid.org/0000-0002-1714-4946

SANDSON DE SOUZA COSTA
sandson314@gmail.com

Doutorando em Linguística. Universidade Federal de São Carlos, Brasil.
ORCiD: https://orcid.org/0000-0003-3505-3869

PALAVRAS-CHAVE:
Fala pública;
Gênero e sexualidade;
#EleNão;
Negação;
Discurso político.

ARTIGO RECEBIDO A:
02/02/2026
ARTIGO APROVADO A:
29/07/2026

RESUMO: Este artigo examina materialidades discursivas da fala pública brasileira com o objetivo de descrever o funcionamento da negação e do negacionismo nas disputas políticas em torno da temática de gênero e sexualidade. O estudo toma como referência o enunciado #EleNão e suas dispersões enunciativas sobre essas pautas, no contexto das eleições presidenciais de 2018, valendo-se de pressupostos teóricos e procedimentos metodológicos da Análise do Discurso no diálogo com as teses foucaultianas sobre as formas discursivas e as condições históricas de possibilidade dos enunciados. O corpus é constituído por uma série de enunciados que circularam na mídia impressa, televisiva e digital, produzidos por agentes políticos, tal como pronunciamentos e declarações de Jair Bolsonaro a partir de uma matéria da UOL e um depoimento da presidente do PSL Mulher, Mariana Moreira no portal G1. Percebeu-se, por um lado, o funcionamento de uma negação manifesta em enunciados de viés conservador, autoritário e de repúdio à pluralidade de gênero e sexualidade; por outro, uma discursividade de contestação se fez visível no pensamento feminino e/ou LGBTQIA+ como imagem da negação à candidatura presidencial de Jair Bolsonaro e da afirmação de um posicionamento de resistência e de luta pelo respeito à diversidade da experiência subjetiva.

Negation and gender in Brazilian public discourse

ANTONIO PABLO MOURA LIMA
pablomoura20@gmail.com

Master's degree in Language Sciences from Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brazil (2020).
Portuguese Language Teacher in the State Education Network of Rio Grande do Norte, Brazil.
ORCiD: https://orcid.org/0009-0009-8032-8543

EDGLEY FREIRE TAVARES
edgleyfreire@uern.br

PhD in Linguistics from Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brazil (2015).
Professor and instructor in the EAD Linguistics program at Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brazil.
ORCiD: https://orcid.org/0000-0002-1714-4946

SANDSON DE SOUZA COSTA
sandson314@gmail.com

PhD candidate in Linguistics at Universidade Federal de São Carlos, Brazil.
ORCiD: https://orcid.org/0000-0003-3505-3869

KEYWORDS:
Public speech;
Gender and sexuality;
#EleNão;
Negation;
Political discourse.

ARTICLE RECEIVED ON:
02/02/2026
ARTICLE ACCEPTED ON:
07/29/2026

ABSTRACT: This article examines discursive materialities in Brazilian public discourse with the aim of describing how denial and denialism function in political disputes surrounding the issues of gender and sexuality. The study takes as its reference the utterance #EleNão and its discursive variations on these issues, in the context of the 2018 presidential elections, drawing on theoretical assumptions and methodological procedures from Discourse Analysis in dialogue with Foucaultian theories regarding discursive forms and the historical conditions of possibility for utterances. The corpus consists of a series of statements that circulated in print, television, and digital media, produced by political actors, such as remarks and statements by Jair Bolsonaro from a UOL article and an utterance by the president of PSL Mulher, Mariana Moreira, on the G1 website. On the one hand, we observed the operation of overt negation in utterances characterized by a conservative, authoritarian bias and a rejection of gender and sexual diversity; on the other hand, a discourse of resistance became visible in feminist and/or LGBTQIA+ thought as an expression of rejection of Jair Bolsonaro's presidential candidacy and the affirmation of a stance of resistance and struggle for respect for the diversity of subjective experience.

Introdução

> *É a incompletude que produz a possibilidade do múltiplo, base da polissemia. É o silêncio que preside essa possibilidade* (Orlandi, 2007).

Este trabalho se ocupa com a proposição de uma análise crítica das discursividades sobre gênero e sexualidade que circularam na fala pública brasileira nos últimos anos. Para tanto, assumimos noções e postulados teóricos, procedimentos e gestos analíticos vinculados à Análise do Discurso em diálogo com as contribuições de Michel Foucault, consagradas à ordem do discurso, no que tange às reflexões sobre linguagem, subjetividade e história para fazerem avançar o entendimento do funcionamento de formações discursivas específicas da cena sociopolítica nacional. O recorte dessa especificidade resulta da interrogação geral na direção das formas e dos sentidos que circularam em nossa contemporaneidade e materializam projetos de governamentalidade em curso no Brasil, sobretudo no contexto dos acontecimentos discursivos em torno do movimento #EleNão, cujo programa tornou-se signo da resistência ao ideário da extrema direita e oposição ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

Entendemos como pertinente uma abordagem que considere a constituição, a formulação e a circulação de enunciados produzidos por sujeitos ligados a movimentos sociais, intelectuais, artistas, jornalistas e líderes de partidos políticos. Trata-se, aqui, de sujeitos que ocupam diferentes posições no campo político e social e que, a partir dessas posições, produzem e fazem circular enunciados sobre gênero e sexualidade como objetos de discurso e, por extensão, como questões de interesse coletivo. A noção de fala pública empregada neste trabalho não designa, portanto, toda e qualquer manifestação discursiva tornada pública, tampouco se confunde com o conjunto dos discursos políticos. Ela diz respeito ao domínio de enunciados que, em determinadas condições históricas de produção e circulação, tornam questões relativas aos modos de vida, aos comportamentos, ao gênero e à

CC BY

sexualidade objetos de disputa e intervenção no espaço público. Tal domínio é atravessado por regras que delimitam o que pode ser dito, por quem, em que circunstâncias e mediante quais formas de circulação, constituindo diferentes posições de sujeito e possibilidades de enunciação.

Com efeito, no percurso aqui circunscrito, a definição de *fala pública* ao modo de expressão das relações de saber e poder estabelecidas e em disputa nas práticas de discurso em oposição política, encontra correlação com as teses de Sennett (2014) no que diz respeito ao problema do debate público que é de ordem coletiva e assume diversos significados ao longo do tempo. Nessa descontinuidade, proposta pelo autor, ganha destaque o modo como as feições modernas dos vínculos entre as pessoas impôs a perda de uma fronteira nítida entre as experiências impessoais e íntimas, entre o que seja do domínio público e o que seja da ordem do privado. Em todo caso, o problema é situado pelo sociólogo americano em termos de uma imaginação ou visão íntima da sociedade, da qual resulta a confusão de tratar em termos de sentimentos pessoais os assuntos públicos que deveriam ser tratados no debate político por meio de códigos impessoais e coletivos. Ou seja, criou-se uma tendência ao pensar as necessidades ou as questões coletivas em termos de uma visão pessoal ou por meio de afetos ou dinâmicas de fórum privado.

Essa tendência é, com certa demasia, recorrente na prática política das lideranças brasileiras, na medida em que constroem persuasão e credibilidade enunciando dentro dessa topologia que confunde as fronteiras entre o público e o privado, o que em parte explica a centralidade da temática de gênero e sexualidade em formulações da fala pública. No circuito das linguagens, consequentemente, as propostas de governo e as relações de imagem na política são cada vez mais constituídas por meio de uma semântica atada a assuntos como sexualidade, família, casamento ou relação com filhos, polemizando-se com mais força essa argumentação do que propriamente o pensamento político ao qual se filiaria os projetos de governo. A rigor, o debate público coloca em circulação temas e

CC BY

questões de interesse coletivo, em um campo no qual se articulam diferentes valores, saberes e formas de compreensão da vida social. Nesse processo, aspectos relacionados à vida íntima das pessoas podem ser incorporados à disputa política e passar a constituir objetos de intervenção, sobretudo quando questões relativas a gênero e sexualidade entram na agenda governamental e nas pautas dos movimentos sociais.

Já do ponto de vista do seu funcionamento como uma linguagem, esse dilema próprio da fala pública pode ser compreendido ao considerarmos que

> as práticas de fala pública e as representações do desempenho oratório conhecem uma história pela qual não passaram ilesos os regimes de alocução e as sensibilidades da escuta. Por essa razão, não se pode reduzir a história da fala pública a uma restrita história da retórica. Antes, ela deve se expandir o suficiente para compreender uma história do corpo, dos gestos e da voz do orador e de seu exercício de fala pública, uma história dos dispositivos materiais que produzem, transmitem e registram esse exercício e ainda uma história do público ouvinte, considerando a ampla diversidade de suas recepções e comportamentos (Braga e Piovezani, 2021, p. 2).

Em uma primeira consideração, a fala pública é o modo de expressão e impressão próprio do debate realizado publicamente, relacionado ao estado de visibilidade e aos efeitos produzidos pelos enunciados lidos, ouvidos e vistos. Em outra direção, a fala pública pode ser compreendida como uma discursividade que incide sobre temas constituídos como relevantes para a vida coletiva e que, nesse movimento, participa da produção de determinadas questões como problemas de natureza política. Nessa perspectiva, sua incidência não se restringe às pautas tradicionalmente reconhecidas como próprias da administração da população, como saúde, educação e segurança, alcançando também questões relativas aos comportamentos, aos costumes, às relações de gênero, à sexualidade e aos

modos de vida. Tais questões, ao serem inscritas no debate público, podem articular-se às políticas de saúde, educação e segurança e adquirir diferentes formas de intervenção e regulação da vida coletiva.

O problema situado acima se faz notar pela presença, na direita bolsonarista, de um modo de pensar que nega a união entre pessoas do mesmo sexo. Esse posicionamento político reúne um número expressivo de representantes da oposição ao então Presidente Lula, uma parcela igualmente significativa da sociedade brasileira e parte dos meios de comunicação. Esse negacionismo tem sustentação no ódio às diferenças e numa suposta ilegitimidade e não equidade entre a união homoafetiva e o casamento ou entidade familiar nos termos tradicionais ou hegemônicos. Essa postura reacionária foi condição de possibilidade para vontades de verdade e efeitos de sentido manifestos no Projeto de Lei 5167/2009[1], que versa sobre a não equiparação da união entre pessoas do mesmo sexo ao casamento ou a entidade familiar, PL que ainda anima fortemente os regimes de enunciabilidade conservadores e a visibilidade dada ao gênero e à sexualidade como objetos de discurso e questão de governo.

Selecionamos fragmentos de discurso circunscritos sobretudo ao período das eleições presidenciais no Brasil de 2018, no intuito de descrever como a razão política nacional está ancorada fortemente em problematizações em torno do gênero e da sexualidade. As eleições presidenciais de 2018 tornaram possíveis certas regularidades na fala pública brasileira que intensificaram uma polarização política entre a esquerda (ou mais centralmente identificada ao projeto político do Partido dos Trabalhadores) a extrema direita que viria a conquistar amplo espaço institucional e social com a eleição de Jair Bolsonaro naquele ano (Abranches, 2019). A centralidade do PT nessa polarização relaciona-se à posição que o partido havia ocupado na Presidência da República nos anos anteriores, tornando-se uma referência privilegiada para a construção discursiva do campo adversário. Nesse processo,

1. Proposta pelo Deputado Capitão Assumção (PSB/ES) o PL estabelece que nenhuma relação entre pessoas do mesmo sexo pode equiparar-se ao casamento ou a entidade familiar. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=432967. Acesso em 15 jan. 2026.

CC BY

pautas relacionadas ao gênero, à sexualidade, à educação e aos direitos das mulheres foram mobilizadas na produção de diferenças entre projetos políticos, sendo frequentemente associadas ao campo petista e apresentadas, pelos discursos da extrema direita, como marcas de um projeto de sociedade a ser combatido. Desse modo, na próxima seção, analisaremos com maior enfoque as dimensões discursivas presentes no acontecimento[2] em torno da emergência da *hashtag* #EleNão. Na sequência, para ilustrar parte do arquivo dessas enunciabilidades, reproduziremos 10 enunciações de Jair Bolsonaro, então candidato à Presidência da República pelo Partido Social Liberal (PSL), legenda que, naquele contexto, se posicionava no campo da direita e se apresentava como uma das principais bases partidárias de sua candidatura. Consideraremos, ainda, um depoimento de Mariana Moreira, então presidente do PSL Mulher, instância do partido voltada à participação e à organização política de mulheres filiadas à legenda. Isto porque a inclusão desse depoimento permite observar como as disputas discursivas em torno de gênero e sexualidade atravessavam também a própria organização partidária e os modos pelos quais mulheres vinculadas ao campo político bolsonarista se posicionavam diante delas.

2. Orlandi (2012) compreende o acontecimento discursivo como aquilo que, ao irromper em determinadas condições de produção, instaura uma ruptura na continuidade dos sentidos, produzindo deslocamentos na relação entre memória, sujeito e história. O acontecimento não se reduz, portanto, à ocorrência empírica de um fato, ele diz respeito ao modo como este é inscrito na ordem do discurso e passa a produzir novos efeitos de sentido, ao mesmo tempo em que se relaciona com sentidos já constituídos.

1. Da ocorrência e sua enunciação discursiva

O período da campanha eleitoral dos presidenciáveis em 2018 demarca uma espécie de epicentro em torno do qual empreendemos o recorte das fontes discursivas e o gesto de leitura no arquivo[3] apresentado aqui. Esse recorte torna visível uma série de tensões e antagonismos materializados em torno de paradigmas como masculino/feminino, homem/mulher, heterossexual/não heterossexual e suas relações com a razão política. Esse gesto de leitura repercute a análise do discurso proposta por Pêcheux (2010), articulado à ideia foucaultiana de arquivo, para esclarecer que a análise do discurso descreve o funcionamento da memória discursiva em sua condição de acontecimento e leva em conta a articulação entre a língua, compreendida como um sistema sintático aberto à possibilidade de

3. Entendemos o arquivo a partir das concepções de Foucault, 2007.

CC BY

diferentes jogos, e a discursividade, entendida como a inscrição material de efeitos linguísticos na história, constitui o eixo central do trabalho de leitura do arquivo.

A institucionalização do PL 5167/2009 e a pretensão de desvalorização das relações homoafetivas encerram em sua rede de memória, ainda em 2011, dois acontecimentos que fizeram intensificar a emergência de discursos de confronto em referência às questões de gênero e de sexualidade: i) a publicação do "Acórdão", o qual reconheceu a união estável para casais homossexuais; e ii) a interdição da cartilha *Escola sem Homofobia*[4]. Em meio à tensão de discursos políticos sobre esses temas, ergueu-se um ícone opositor à democratização das políticas de gênero e sexualidade: Jair Messias Bolsonaro, deputado federal à época desses dois acontecimentos e candidato à Presidência da República em 2018.

O discurso do parlamentar, naquele momento, materializado em diferentes gêneros como reportagens, panfletos, entrevistas, pronunciamentos oficiais etc., ganhou repercussão nacional na mídia impressa, televisa e virtual. Em uma breve matéria para o site UOL, Rodrigo Rötzsch comenta a polêmica em torno da repercussão ocorrida quando o deputado distribuiu em escolas do Brasil 50 mil panfletos[5] "anti kit gay". Como mostram as breves notas do colunista, o material do deputado tinha como destaque: "querem transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual". Num gesto analítico, a começar pelo sujeito indeterminado do verbo querer, que pode muito bem ressoar como *Eles da esquerda diferentemente de Nós*, todo o conteúdo do material distribuído por Bolsonaro alegava que o Ministério da Educação produziu escritos incentivadores do "homossexualismo" nas escolas públicas, tornando as crianças presas fáceis para toda a sorte de infortúnios. O material elaborado por iniciativa do então deputado deve ser lido em suas condições históricas de inteligibilidade, que incluem o pensamento conservador, a atitude autoritária que tem por premissa e por efeito a exclusão dos sujeitos que pensam e vivem fora dos valores heteronormativos e da negação dessas formas

4. Material do Ministério da Educação, 123 páginas, formato pdf. Disponível em: https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf. Acesso em: 15 jan. 2026.

5. Portal UOL. Bolsonaro leva panfleto "antigay" a escolas. Publicado em: 11.05.2011. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1105201118.htm. Acesso em: 15 jan. 2026.

CC BY

divergentes de subjetivação que atravessa a função enunciativa assumida pela extrema direita brasileira. A materialidade, portanto, possibilita mostrar como uma singularidade da prática política[6] brasileira é alçada, muitas vezes, por meio da presença dos efeitos de um pensamento conservador, misógino e excludente próprio do fascismo brasileiro, conforme discutido por Piovezani e Gentile (2020).

Em *Como conversar com um fascista*, Tiburi (2015) analisa as estratégias linguísticas e retóricas mobilizadas pelo sujeito autoritário, como a negação da escuta ou a falta do diálogo com o diferente, considerando que "a operação linguística que implica o outro é impossível para ele" (Tiburi, 2015, p. 24). Além da negação da escuta do dizer do outro, também são traços do autoritarismo a imagem de si de um sujeito que pensa a si mesmo como dono da verdade e a crença de que sua visão de mundo e seu pensamento são os únicos coerentes, necessários e universais. A pensadora brasileira descreve ainda o que convencionou como "ficção do autoritário" – uma espécie de narrativa em que os objetos da realidade já são dados de antemão, destituídos de historicidade e envoltos num determinismo sobre o ser das coisas que estaria centrado e fechado em dado sistema de pensamento. Em sua crítica, a autora anota que os "sistemas de pensamento são sistemas de linguagem. O cerne do pensamento conservador que é, em seu íntimo, opressor está em um pano de fundo linguístico enrijecido" (Tiburi, 2015, p. 25). Assim, importa inferir que, na formação discursiva autoritária e conservadora do mundo, nada do que é dado a conhecer pode ser na diferença, não pode ser de outro modo pensado ou passa a ser destituído do seu devir, sendo por isso negado qualquer outro ponto de vista sobre as coisas. Ou seja, nega-se tudo o que não seja a própria visão autoritária e conservadora do mundo.

6. Chantal Mouffe (2015), ao fazer a crítica dos regimes de governo, pontua a distinção entre o nível ontológico – do ser político, que ela categoricamente afirma ser de ordem antagônica, e o nível ôntico ou da ação política, das materialidades e das práticas, das formulações e dos posicionamentos.

CC BY

Além desse tom autoritário do *ethos*[7] fascista, essa formação discursiva também traz inteligibilidade a posição da Organização Mundial de Saúde, que em 17 de maio de 1990, há 30 anos, retirou a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID). A substituição do sufixo "-ismo" por "-idade" é significativa, considerando suas variações e possibilidades de escolhas lexicais para possíveis paráfrases. Isto é, o sufixo "-ismo" muitas vezes é associado a condições patológicas, como "alcoolismo", enquanto o sufixo "-idade" é usado para descrever características naturais ou estados, como em "amizade" ou "felicidade". O uso do termo "homossexualismo", com isso, poderia ser interpretado como sugerindo que a homossexualidade é uma condição patológica ou anormal, associando-a a uma perspectiva médica ou como adoecimento psicossocial do sujeito.

Essa terminologia foi abandonada em grande parte devido ao reconhecimento de que a homossexualidade não é uma doença ou um distúrbio, e, sim uma variante da expressão humana da sexualidade. Não por acaso, o termo escolhido por Bolsonaro incluía o sufixo "-ismo", uso que reforça o valor político de exclusão próprio aos usos linguísticos e da retórica da chamada direita ou extrema direita. Remanência discursiva própria de uma modalidade enunciativa marcadamente negacionista e contrária aos sujeitos homossexuais, uso linguístico próprio de um *ethos* político autoritário e conservador, perspectiva de pensamento reveladora de uma negação do outro, da diferença e de "uma ostentação de seu preconceito, justificado por sua equivalência semântica com o compromisso de proteção à família" (Piovezani & Gentile, 2020, p. 156).

Diante dessas primeiras constatações, tem-se o entendimento de que seja por meio da analítica das formas discursivas o caminho para se realizar a crítica do ser político de que discute Mouffe (2015). A saber, a existência dos conflitos e das necessidades públicas ou políticas não pode ser tomada como já dada e imutável. Entendimento ontológico de certo modo também sinalizado por Fou-

7. Entendemos *ethos* como a imagem de si construída discursivamente pelo sujeito na enunciação, a partir de marcas linguísticas e discursivas que contribuem para produzir determinada representação de sua identidade, de sua posição e de sua autoridade perante os interlocutores.

CC BY

cault (2007) em sua teoria das formações discursivas: trata-se de uma compreensão do discurso como algo que participa da constituição da própria realidade, dos objetos, dos sujeitos e dos saberes, e não apenas como uma forma de representá-los. Ou seja, as formações estabelecem as condições históricas que tornam possível a emergência de determinados objetos, conceitos e posições de sujeito. Pensando por esse viés, é oportuno afirmar que o ser político, a ação política e os posicionamentos sociais em seus modos de vida e diversidade, possuem uma forma e uma materialidade no palco das necessidades humanas e coletivas. Mais especificamente do ponto de vista linguístico, o ser político não preexiste aos enunciados e nem aos sistemas de pensamento que dão forma na fala pública ao modo como tais necessidades são comunicadas e defendidas. A política não é uma substância ou uma essência alheia às transformações no tempo e no espaço, nem podem ser o universal e a mesmidade os signos da realidade e das necessidades coletivas vividas pelas pessoas. Desse modo, o ser político – no tocante à experiência de gênero e sexualidade – não pode ser pensado nem vivido fora da dinâmica histórica do devir, do vir a ser outra coisa ou pensado de outra forma.

Aqui, para dar seguimento ao nosso percurso, é oportuno articular ao que já foi dito uma passagem da *Gramática de usos do português*, de Maria Helena de Moura Neves. No apêndice ao estudo do advérbio como forma linguística, Neves (2011, p. 285-286) apresenta o funcionamento e os valores linguísticos da negação:

> **1 A natureza do processo**
>
> A negação é uma operação atuante no nível sintático-semântico (no interior do enunciado), bem como no nível pragmático. É um processo formador de sentido, agindo como instrumento de interação dotado de intencionalidade. A negação é, além disso, um recurso argumentativo (ou contra-argumentativo).

> Sendo um modificador, o elemento que opera a negação tem um âmbito de incidência, o que tem sido chamado de escopo. O escopo da negação define-se como o segmento de enunciado em que a negação exerce o seu efeito, ou seja, como o conjunto de conteúdos afetados pelo operador da negação [...].
>
> Merece observação o fato de que o elemento NÃO, além de operador de negação, de uma oração ou de um constituinte, pode funcionar, sozinho, com o estatuto de enunciado negativo, como antônimo de sim, especialmente em contextos de respostas a interrogativas gerais, isto é, interrogativas cuja resposta é exatamente do tipo sim/NÃO [...].

2 O modo de expressão da negação

> 2.1 Dentro do sistema da língua portuguesa, a partícula NÃO é o elemento básico que opera o processo de negação. Outros elementos adverbiais negativos, como NUNCA e JAMAIS, também produzem negação no nível da oração.

A partir dessa caracterização, interessa-nos observar como o funcionamento linguístico da negação se articula às condições discursivas em que os enunciados são produzidos e postos em circulação. Se, no plano da língua, o operador negativo incide sobre determinados conteúdos e participa da organização sintático-semântica e pragmática do enunciado, no plano discursivo essa operação pode produzir relações de oposição, recusa e diferenciação entre posições de sujeito. Essa é articulação entre a materialidade linguística e as condições históricas de sua emergência que situamos a análise dos enunciados negativos que compõem nosso *corpus*.

Se ao nível discursivo as formas de racionalidade manifestas no enunciado funcionam como condições de possibilidade para o dizer, conforme postula Foucault (2007), podemos interrogar os fragmentos discursivos da negação política como a expressão pública da razão autoritária e conservado-

ra. A negação da experiência plural e das formas de liberdade, um "não" inscrito sem cessar na voz de inúmeros intérpretes de um pensamento cuja vontade de verdade baseia-se na exclusão, na mesmidade e numa visão moralizante das condutas sociais.

Tensionando entre os níveis da língua e do discurso, a analítica discursiva articula fragmentos da fala pública e descreve numa espécie de dialética (Orlandi, 1983; Courtine, 2009) os valores da língua (Saussure, 2004; Bagno, 2023) e as funções enunciativas (Foucault, 2007), numa montagem que busca entender os efeitos de sentido em torno dos interesses públicos a partir dos sistemas de pensamento e das correlações de força que os tornaram possíveis de um modo e não de outro. Entre as formas da língua e as formas do discurso não há fronteiras definidas e, sim um funcionamento histórico no qual palavras, expressões, argumentos, ideias, modos de pensar e dizer, em suas materialidades, devem ser observados em suas relações de imagem e de sentido na formação discursiva delimitada como escopo analítico, na dispersão das enunciações em torno de problematizações ou necessidades públicas.

Se por um lado o estranhamento em relação à união homoafetiva e a tentativa de barrar o múltiplo das formas de expressão do gênero e da sexualidade na escola partem de uma negação fortemente presente em alguns projetos de governamentalidade em curso no Brasil, por outro lado, o próprio ser político possibilita outra forma de negação pela via do contradiscurso ou prática de oposição. A contradição e o antagonismo que atravessam a política participam, na fala pública, da produção de diferentes posições discursivas acerca do gênero e da sexualidade. Nesse movimento, os enunciados que se contrapõem a determinadas formas de dizer e de posicionar-se diante dessas questões produzem outras possibilidades de formulação, fazendo circular sentidos que tensionam, recusam ou deslocam aqueles anteriormente estabelecidos. Configura-se, assim, uma espécie de contra-argumentação, materializada na emergência de outras formas de pensar e dizer o gênero e a sexualidade. Nesse

outro arranjo da fala pública, o próprio pensamento autoritário e conservador é o alvo da negação, e passam a ser contestadas as imagens de poder e de saber que propagam a rigidez das formas de vida e de afeto – dando lugar a uma resistência que nega a visão excludente e enfatiza a ideia do acesso plural de mais sujeitos aos bens culturais e materiais.

Nessa perspectiva, a negação assume diferentes dimensões no funcionamento discursivo. No plano linguístico, ela pode ser materializada por operadores como *não*, *nunca* e *jamais*, cuja função e cujo escopo podem ser descritos no interior do sistema da língua. No plano enunciativo, entretanto, a ocorrência de um operador negativo adquire sentido em relação às condições concretas de produção do enunciado, aos sujeitos que ocupam determinada posição e àquilo que é retomado, recusado ou contestado no dizer. A dimensão discursiva emerge nessa articulação: a forma linguística da negação, inscrita em uma situação enunciativa e em determinadas condições históricas, participa da produção de posições e relações de oposição entre discursos. Assim, não tomamos a negação como sinônimo de resistência, nem fazemos da presença de um advérbio negativo a expressão imediata de uma posição política; interessa-nos compreender como determinadas formas linguísticas de negação, quando inscritas em práticas discursivas específicas, podem funcionar na produção de efeitos de resistência.

Em todo caso, os enunciados analisados deslocam aquilo que determinadas posições procuram estabelecer como evidência sobre gênero, sexualidade e modos de vida, fazendo circular outras possibilidades de posicionamento diante dessas questões. A negação, nesse funcionamento, transpassa a dimensão estritamente gramatical e participa de uma prática discursiva de resistência, na medida em que recusa determinados modos de saber e de condução da vida e torna possíveis outras formas de significar as relações de gênero, a sexualidade e o acesso plural aos bens culturais e materiais.

CC BY

2. Os impasses na fala pública sobre gênero e sexualidade

Voltemos uma vez mais ao ano de 2018, época em que Jair Bolsonaro foi candidato à presidência da República e despertou um movimento de oposição à sua candidatura, advindo não só dos LGBTQIA+, posto que incluiu também o movimento feminista e diversos outros movimentos sociais, midiáticos ou artísticos.

Uma das campanhas de contestação pública da candidatura de Bolsonaro – produtora de forte engajamento na mídia, desdobrou-se por meio da *hashtag* #EleNão. Essa forma sintética de negação tornou-se uma regularidade linguística e ao mesmo tempo um ato político de contra-argumentação numa série de formulações que circularam pelo país, dando visibilidade ao pensamento de oposição à candidatura bolsonarista e negando todo o imaginário social e político a ela identificado.

Publicada no jornal *Vermelho* (financiado pelo PcdoB), uma crônica[8] escrita por Alessandra Monterastelli e Mariana Serafini inicia com a citação "O feminismo é o contrário da solidão", atribuída à Márcia Tiburi, filósofa e artista plástica que concorreu ao governo do Rio de Janeiro nas mesmas eleições de 2018. Para as cronistas, a campanha é um posicionamento em que *elas* se opõem a *ele*, e explicam que o uso da forma linguística sintética #EleNão é uma menção ao então candidato do PSL sem citá-lo pelo nome, estratégia linguística que produziu uma singularidade discursiva na fala pública com o objetivo de denunciar o posicionamento reacionário de Bolsonaro e combater a sua candidatura.

A construção sintética fez movimentar uma série de já ditos, espécie de elipse ao nível da memória e das formações discursivas, já que o nome próprio ocultado nas formas da língua é facilmente recuperado na instância do acontecimento discursivo. A referência está pressuposta no valor linguísti-

8. O texto está disponível em: https://vermelho.org.br/prosa-poesia-arte/o-feminismo-e-o-contrario-da-solidao-mulheres-unidas-no-elenao/. Acesso em: 10 jan. 2026.

co da *hashtag*[9] composta morfologicamente de pronome (ele) e advérbio (não) e em todo o jogo enunciativo e no domínio associado nos quais vemos erguer-se um pensamento de forte contestação ao ideário conservador e misógino atado a Bolsonaro. Trata-se, portanto, de outro escopo, uma negação que se inscreve na língua e torna visível outra imaginação política, visto que, se por um lado Bolsonaro nunca deixou de negar a condição social e política das mulheres, por outro, com a campanha, elas o colocam em posição referencial para fazer dele metonímia da atitude chauvinista, machista e misógina que estrutura parte da sociedade e do pensamento político nacional.

São esses os termos que possibilitam afirmar o ser político como essencialmente da ordem do antagonismo. São também as condições de possibilidades situadas até aqui a via de interpretação da existência de uma polarização expressa na lógica do "elas contra ele" marcada numa *hashtag* e expressiva do duelo entre formas de pensar os paradigmas sociais. O que não deixa de representar uma polarização de negacionismos, de modo que a negação cujo referente é a imagem de Bolsonaro precisa ser entendida no confronto de ideias e de práticas, visto que estão em jogo visões e modos de enunciação distintos, antagônicos em torno da pauta gênero e sexualidade e sua inscrição como objeto de luta.

Ao mostrar uma correlação possível entre a língua e o discurso como objetos teórico-analíticos, Courtine (2009) recorre à teoria das formações discursivas e mostra como a noção foucaultiana de função enunciativa é oportuna para repensar a tradição analítica por meio da língua como objeto teórico, de modo que se passa a estudar o discurso e a demarcar outra zona de descrição no desenvolvimento da racionalidade linguística. Da conclusão geral desse comentário sobre as teses foucaultianas, ainda consideramos que

9. De acordo com Silveira (2017), na perspectiva da Análise do Discurso, a *hashtag* ultrapassa sua função técnica de simples etiqueta de indexação (um *link*) e atua como um recurso argumentativo ou "palavra-argumento". Nesse caso, ela funciona como uma forma de interpretação, resposta e arregimentação de discursos em espaços enunciativos informatizados (como o *X* – antigo *Twitter*), mobilizando memórias discursivas (pré-discursos) e marcando a tomada de posição ideológica dos sujeitos em meio a interlocuções polêmicas.

CC BY

> a questão que a análise da língua coloca a propósito de qualquer fato de discurso: segundo que regras um enunciado foi construído e, consequentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos? A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: *como* apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar? (Foucault, 2007, p. 30).

É esse como que nos leva a entender a materialidade do NÃO pela perspectiva semântica e pragmática, de modo a observar o escopo da negação ao mesmo tempo como valor linguístico só possível por meio de uma função enunciativa e aos jogos de linguagem nela implicados. Em outros termos, é preciso entender que na formulação da *hashtag* o constituinte ELE é determinado ao mesmo tempo pelo operador da negação ao nível da língua e por uma razão política de contestação ao nível histórico discursivo, tornando visível uma potência de sentido que faz emergir um pensamento progressista e contestador de todo o imaginário ligado ao bolsonarismo. Encontramos, desse modo, uma das estruturas mais significativas da fala pública brasileira: a negação, resguardando-se as diferenças ideológicas, de saber e de poder das fontes ou enunciados descritos e os próprios limites desta análise. Em todo caso, o como da negação empreendida pela campanha *#EleNão* é um totalmente diferente do *negar* constitutivo do bolsonarismo, se observadas as formas da língua e as formas do discurso.

O discurso deve ser entendido como um conjunto de enunciados numa formação discursiva, regida por regras de uma prática discursiva (Foucault, 2007) que torna possível o estabelecimento de correlações e séries entre enunciados, além de certas unidades e regularidades. Esse efeito de conjunto, operação de método, já que implica recorte e seleção de fontes ou documentos, provoca o linguista a observar as racionalidades ou sistemas de saber como condições de possibilidade e de transformação dos enunciados no arquivo.

Nos jogos de linguagem em transformação ou descontinuidades, discursividades tornam possíveis outras discursividades. Foucault (2007) nos propõe a olhar entre os enunciados o funcionamento da *correlação*, quase ao modo estruturalista clássico, pois cada enunciado institui seu valor de verdade ao materializar um saber ou uma forma de pensar na dispersão do arquivo, na diferença em relação a outros sistemas de pensamento e jogos de linguagem nas formações discursivas. Como estamos vendo, os jogos de oposição da estrutura e do acontecimento discursivo vão além dos valores próprios ao sistema da língua, posto que são instituídos pela linguagem e pela prática política, pelas posições sujeito e pela história, a exemplo dessas múltiplas formas de negacionismo na fala pública brasileira. Dito de outro modo, a estrutura diz respeito às condições de possibilidade que regulam a emergência, a circulação e a transformação dos enunciados em determinado campo discursivo; o acontecimento, por sua vez, remete à irrupção singular de um enunciado em uma rede histórica de relações, produzindo deslocamentos, retomadas e novas possibilidades de dizer.

Na dispersão do arquivo, a campanha contra a candidatura bolsonarista rapidamente fez surgir um correlato, um avesso de forma e sentido. Sob a forma de uma tensão entre o sim e o não, encontramos no portal *G1* uma matéria[10] assinada por Natacha Cortêz ilustrativa dessa polarização de posicionamentos. Sobre a campanha de contestação à candidatura de Bolsonaro presidente, a matéria afirma manifestar-se ali a força de um movimento suprapartidário e uma revolução orquestrada, sobretudo por mulheres contra o fascismo. Destacando o contexto digital de emergência da campanha apoiada por milhões de mulheres no Brasil e em outras partes do mundo, a matéria informa sobre uma série de passeatas que ocorreram em cidades do Brasil e em outros países como França e Alemanha, sustentando e ampliando a negação, por meio das emblemáticas *hashtags* #EleNão, #EleNunca e #EleJamais. A contestação da candidatura à presidência de um homem que segundo a matéria é considerada por alguns uma ameaça à manutenção dos direitos humanos.

10. Disponível em: https://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2018/09/elenao-e-elesim-o-que-representam-os-movimento-de-mulheres-contra-e-pro-bolsonaro.html. Acesso em: 10 jan. 2026.

CC BY

Em sua progressão temática e argumentativa a postagem opera um deslocamento e passa a se referir às mulheres que apoiam Bolsonaro, tidas como aquelas que estão do outro lado da ponte, igualmente organizadas em grupos do *Facebook* de apoio à candidatura bolsonarista. Sem perder de vista a descrição da negação proposta por Neves (2011), é fácil observar como a matéria torna visível os jogos de argumentação ou contra-argumentação, já que o escopo da negação é múltiplo e envolve também o posicionamento de mulheres identificadas com Bolsonaro por meio de *hashtags* como #EleSim e #EleSempre.

A matéria traz o depoimento de Mariana Moreira, advogada e na época presidente do PSL Mulher do Vale do Paraíba, uma das apoiadoras à candidatura presidencial de Bolsonaro em 2018. Na visão dela, o apoio feminino a Bolsonaro se justifica em primeiro plano por valores da experiência íntima na direção moral, ética e da honestidade pelo exemplo pessoal, pois segundo a advogada ouvida, o então deputado do PSL seria o único com um projeto de governo para toda uma nação e não para grupos, "as tais minorias", como a própria reproduz durante a entrevista. Ainda que o signo da identificação seja próprio de toda prática política, estamos de acordo com a observação de Piovezani e Gentile (2020, p. 28) a respeito de uma linguagem fascista no Brasil: "a crença na irracionalidade das massas e a necessidade de lhes impor um líder e um salvador são outros dois traços do fascismo".

Em outra matéria para o portal *Universa da UOL*[11], a mesma Natasha Cortêz investe em uma estratégia argumentativa pautada em estatísticas, depoimentos e dados de pesquisas de intenção de votos. A direção semântica dessa vez aponta para possíveis razões da adesão de parte do eleitorado feminino brasileiro identificada com Bolsonaro, por exemplo, dados de junho de 2018 que simulou o embate eleitoral entre o presidenciável do PSL e Lula. A matéria apoia-se numa pesquisa da *Datafolha* que sugeriu a rejeição à candidatura de Bolsonaro estar concentrada entre as mulheres e as pessoas de baixa renda, e que apenas 11% das mulheres entrevistadas declararam votar em Bolsonaro, per-

11. Matéria do dia 11.06.2018 e disponível em: https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/06/11/por-que-estas-mulheres-vao-dar-seu-voto-a-bolsonaro.htm.

centual dobrado entre os homens, pois 23% dos entrevistados disseram apoiar o então candidato de direta.

A matéria segue comentando o laço de identificação entre algumas das eleitoras entrevistadas pelo portal *Universa* e o candidato do PSL. Ao fazer retornar da memória discursiva parte desta série de declarações de Bolsonaro:

> "Eu jamais ia estuprar você, porque você não merece"; (frase dirigida à deputada Maria do Rosário nos corredores da Câmara, em 2003).
>
> "O filho começa a ficar assim meio gayzinho, leva um couro, ele muda o comportamento dele. Tá certo?" (participação no Programa Popular, da TV Câmara, em 2010).
>
> "Querem transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual" (panfletos anti kit gay, 2011).
>
> "Ô Preta, não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja" (perguntado por Preta Gil sobre o que acharia se um filho dele se casasse com uma negra, no programa "CQC", em 2011).
>
> "Para mim é a morte. Digo mais: prefiro que morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo"; "seria incapaz" [de amar um filho homossexual] e acrescentou que ter um casal gay como vizinho desvaloriza imóveis. "Sim, desvaloriza! Se eles andarem de mãos dadas, derem beijinho, vai desvalorizar", declarou. "Não sou obrigado a gostar de ninguém. Tenho que respeitar, mas, gostar, eu não gosto" (em entrevista à Revista Playboy, em 2011).
>
> "Por isso o cara paga menos para a mulher, porque ela engravida; quando [a mulher] voltar [da licença-maternidade], vai ter mais um mês de férias. Então, no ano, ela vai trabalhar cinco meses", afirmou. "Quem vai pagar a conta? É o empregador" (entrevista ao Jornal Zero Hora, em 2014).
>
> "Você é uma idiota, você é uma analfabeta, está censurada" (declaração feita ao ser entrevistado pela repórter Manuela Borges da Rede TV, em 2015).

> "Espero que acabe hoje, infartada ou com câncer" (Fala dita no julgamento do impeachment da presidenta Dilma, em 2016).
>
> "Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens. Aí no quinto dei uma fraquejada e veio uma mulher" (durante palestra no Clube Hebraica no Rio de Janeiro, em 2017)[12].

12. A compilação reproduzida é apenas retomada em partes na matéria analisada.

Na materialidade desses enunciados, a desqualificação do outro é operada por meio de deslizamentos de sentido que inscrevem o locutor em uma posição de autoridade inquestionável. Dito de outro modo, ao associar o nascimento de uma filha a uma "fraquejada" ou ao condicionar a violência sexual a um "merecimento", o discurso reduz a mulher a um corpo objetificado, cuja presença no espaço público deve ser interditada ("está censurada") ou penalizada economicamente ("paga menos"). Movimento semelhante ocorre ao responder sobre o casamento com uma mulher negra utilizando o significante "promiscuidade", acionando um pré-discurso racista que marginaliza o sujeito sem precisar assumir a injúria racial de forma explícita.

A hostilidade direcionada à população LGBTQIA+ e aos opositores políticos consolida essa pedagogia da eliminação. Expressões como "leva um couro" e a preferência pela morte do filho instauram a violência física como método corretivo, enquanto a associação de casais gays à desvalorização de imóveis converte a aversão moral em ameaça ao patrimônio. O uso reiterado de termos ligados à doença e à morte ("infartada ou com câncer") põe em evidência um funcionamento discursivo voltado ao extermínio simbólico do divergente. Essa agressividade latente na superfície linguística atua como um operador político direto, arregimentando interlocutores que se reconhecem e se filiam a essa mesma memória autoritária.

A autora da matéria vai tecendo os fios de uma contradição visível, inclusive pressuposta no depoimento da mesma advogada citada na matéria anterior. A seguir, trecho retirado da segunda matéria.

CC BY

> "Já votei no Bolsonaro como deputado nos dois últimos pleitos. Rola uma identificação de ideias. Depois, levo em consideração a idoneidade. Quero um próximo presidente que não seja corrupto. As pessoas acham que por eu ser mulher e negra, não posso apoiar Bolsonaro. A proposta de castração química para estupradores me agrada muito. Sou também a favor da liberação do porte de armas. Como o Estado não consegue suprir totalmente a nossa segurança, quero ter o direito de proteger minha propriedade e vida. E não vai ser tipo ir no supermercado, comprar uma arma e virar um *bang bang*. Vai haver uma política pública. Se porventura um homem tentar me estuprar e estou armada, a possibilidade de eu ser violentada é mínima. Leis não protegem ninguém. Sobre as declarações dele encaradas como machismo, pra mim é só brincadeira. No caso da Maria do Rosário, é questão de ação e reação. Como um cara com projetos para defender a mulher, como a castração química, pode ser machista?!" (Mariana Moreira, 32 anos, advogada e presidente do PSL Mulher no Vale do Paraíba).

O depoimento conclui-se colocando em dúvida as imagens negativas atribuídas a Bolsonaro, abertamente e amplamente assumidas por ele em várias declarações ao longo do seu percurso político. O saber que faz imagem de machista, misógino e racista de Bolsonaro é abertamente contestado pela entrevistada. Como se materializa isso?

É oportuno considerar que as formas e os sentidos se constituem na contradição, dada a abertura do simbólico/imaginário e a incompletude do real do discurso e da história (Orlandi, 2017). Contudo, os percursos sociais do sentido buscam a todo momento construir um efeito de fechamento e fundar uma interpretação pretensamente inequívoca. Já que essa abertura, apesar de legitimar a possibilidade do sentido ser outro, não autoriza o sentido a ser qualquer um. A validação e a coerência de um enunciado se fazem na história, na relação do dito com outros ditos anteriores e posteriores, percurso referencial possível de sentido e de valor linguístico discursivo em três direções: i) pela continuidade e consagração de uma imagem ou saber já enunciados, produzindo a forma de uma redundância, ii) pela ampliação desse saber retomado, instituindo uma primeira forma de desconti-

CC BY

nuidade, ou iii) pelo efeito de maior ruptura ou desarticulação de um saber ou imagem já instituídos no arquivo ou memória discursiva, produzindo uma segunda forma de descontinuidade mais efetiva.

Desse modo, uma pressuposta aceitação da contradição organiza o depoimento da filiada do PSL. É preciso frisar ainda: a matéria articula o efeito dessa contradição, apesar da irrefutável visibilidade e recorrência da postura agressiva de Bolsonaro contra mulheres, povos indígenas, negros e a comunidade LGBTQIA+. Apesar dessa visibilidade já bastante documentada, as convicções partidárias da advogada a fazem enunciar uma imagem de Bolsonaro como um político que representa as mulheres. Aqui, evidencia-se a incompletude do sujeito e do sentido por meio do que Orlandi (2017) nomeia de jogo metafórico, funcionamento no qual os sentidos se deslocam por meio de uma palavra e outra ou na relação de uma palavra com outra. Jogo de linguagem que nos faz lembrar "da divisão dos sujeitos, da divisão entre sujeitos e de que não há coincidência entre sujeito e sentido, entre o sujeito consigo mesmo" (Orlandi, 2017, p.20).

Notemos outra vez o negacionismo tomando forma quando a entrevistada nega os efeitos machistas e misóginos das declarações de Bolsonaro e busca reverter em sua fala a crítica empreendida pelo pensamento feminino ou progressista. Além de levar para o plano do jocoso e do eufemismo a atitude autoritária e violenta das declarações de Bolsonaro, pois tudo não passaria de uma brincadeira, Mariana Moreira chega a defender a declaração dada por Bolsonaro a Maria do Rosário.

Esse engajamento nos faz observar a intricada relação entre linguagem e subjetividade pela via da ideologia, do saber e do inconsciente, já que o sujeito e os sentidos ou os jogos referenciais por ele produzidos são constituídos na e pela linguagem, no equívoco e na contradição, sem estabilidade *a priori* ou universal, constituídos metaforicamente pelas posições e oposições enunciativas. Como atesta Orlandi (2017), o desenvolvimento das teorias da enunciação fez avançar na crítica discursiva

o aspecto da constituição do sujeito nas e pelas formas do dizer. Do diálogo com a renomada linguista, vale reproduzir o acréscimo por ela feito sobre o efeito metafórico do funcionamento das discursividades, pois é preciso considerar também o efeito metonímico, visto que palavras conversam com outras palavras. Aspecto complementar a esse é a relação entre linguagem e subjetividade. Em Foucault (2007), o sujeito que fala e escuta não constitui um ponto exterior às práticas discursivas, mas ocupa posições historicamente determinadas pelas relações entre saber, poder e formas de racionalidade. Os enunciados, desse modo, são produzidos a partir de condições que antecedem o sujeito individual e que delimitam as possibilidades de enunciação em determinado campo discursivo. O sujeito falante formula seus enunciados em relação a saberes, memórias e enunciados anteriormente produzidos, inscrevendo-se em uma rede discursiva que condiciona tanto aquilo que pode ser dito quanto as posições a partir das quais se pode dizer. Não se trata, portanto, de negar ao sujeito qualquer participação na produção dos sentidos, mas de deslocar a análise da intenção individual para as condições históricas e discursivas que tornam possível determinada enunciação.

Articulando a posição desses dois autores, resguardadas as diferenças, há um exterior histórico da ordem do saber ou da ideologia que regula os regimes de enunciabilidade assumidos pelos sujeitos na fala pública. Não se alude aqui à prisão do dizer ou à finitude da liberdade de expressão na subjetividade, mas sim, ao plano da constituição histórica do dizer. O saber e a ideologia interferindo como um já lá da memória discursiva e do interdiscurso que torna possível nos jogos da repetição e da diferença as novas práticas discursivas. Em outras palavras, do lugar em que o sujeito pensa, o sujeito já é pensado ainda que exista a possibilidade de pensar diferentemente dentro de um campo de regularidades discursivas.

CC BY

Há regras historicamente formalizadas de como enunciar o político e produzir enunciados válidos e coerentes sobre aquilo que desponta no tempo e no espaço como necessidade política ou questão coletiva relevante. A exemplo das formas de negacionismo aqui apresentadas, uma gramática da expressão no debate público deve ser objeto ininterrupto da crítica realizada pelo linguista, deve fazer parte do seu ofício a interrogação das regras linguísticas e discursivas de constituição das imagens de saber e poder que se fazem regulares na fala pública.

Considerações do percurso analítico

De todo modo, a problematização das formas de indexação da experiência de gênero e sexualidade no debate público como uma questão política é cerne de projetos de governamentalidade, como foi possível mostrar.

Em curso vemos uma gramática do discurso que institui valores pela velha marcação de um *Nós versus Eles*, representativa do ser político, mais especificamente, do funcionamento do negacionismo como aspecto regular na política pública brasileira. No gesto de leitura aqui empreendido, manteve-se em mira o que disse Foucault (2007) sobre a descrição do enunciado como a análise do discurso no arquivo. Ao olhar para algumas fontes históricas dessa prática e para o *como* dessas formas de negacionismo no debate público nacional, interrogamos a temática de gênero e sexualidade na direção das suas condições de possibilidade, como também dizia Foucault (2007), levando-se em conta um a priori histórico, o das formas de racionalidade e pensamento que estruturam antes a possibilidade do dizer e do dito.

Nos jogos de linguagem aqui articulados e descritos, são perceptíveis as tensões das modalidades enunciativas, as estratégias argumentativas e as relações de imagem e sentido ou o campo referencial que dão a tônica da experiência de gênero e sexualidade como objeto discursivo político. Na fala pú-

CC BY

blica a palavra e a significação são disputadas. As formas discursivas políticas são antes de tudo antagônicas, como esclareceu também Cattelan (2019, p. 194), ao estudar o uso da negação nos discursos políticos: "por mais que a negação possua nuances estruturais diferentes, aplicando-se a um sintagma ou a uma pressuposição, o fio interdiscursivo que a constitui faz dois discursos colidirem: um que afirma e outro que nega".

O acontecimento #EleNão propagou-se fortemente no contexto das eleições de 2018 e atualizou com vivacidade uma luta muito antiga e atual das mulheres adeptas ao movimento feminista. De acordo com a Carta Capital 2018[13], em poucos dias, mais de 2,5 milhões aderiram ao grupo oficial do movimento #EleNão no *Facebook*. Isso sem somar nenhuma das agremiações semelhantes criadas por agentes diversos do movimento LGBTQIA+ ou a adesão a outras manifestações do movimento nas redes sociais e nas ruas. O movimento partia de brasileiros, especialmente, das mulheres, cuja situação ocupa a 5ª colocação no *ranking* mundial de assassinatos no mapa mundial da violência. Além disso, a cada 11 minutos, uma mulher é estuprada e, entre 190 países ranqueados por representatividade política feminina, o Brasil ocupa 152ª posição[14].

Após a propagação do movimento #EleNão, observou-se com uma intensa circulação de materialidades nas mídias impressa, televisiva e virtual, intensificando um duelo político sobre gênero e sexualidade mobilizador de posições-sujeito e distintas vontades de verdade, provenientes de diferentes modos de pensar a política e o governo. O acontecimento #EleNão foi representativo da circulação de enunciados que marcaram o repúdio à candidatura de um representante da direita, com isso, uma série de dizeres legitimaram e tornaram o movimento um símbolo da luta pela pluralidade das formas de expressar a vida.

13. Portal Carta Capital. Matéria sobre o movimento #EleNão. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/elenao. Acesso em: 10 jan. 2026.

14. Portal Carta Capital. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/elenao. Acesso em: 10 jan. 2026.

CC BY

Referências bibliográficas

Abranches, S. (2019). Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. In S. Abranches, M. M. Domingues, M. L. V. de Souza, C. Dunker, et al., *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje* (pp. 70–80). Companhia das Letras.

Bagno, M. (2023). *Uma história da linguística: Tomo 2: Do século XIX ao limiar do século XX* (1ª ed.). Parábola Editorial.

Braga, A., & Piovezani, C. (2021). Discursos sobre a fala feminina no Brasil contemporâneo. *Revista da ABRALIN, 19*(1), 1–19. https://doi.org/10.25189/rabralin.v19i1.1694

Cattelan, J. C. (2019). Negação e resistência: #EleNão. *Polifonia, 26*(43), 186–208. https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/7457

Courtine, J.-J. (2009). *Análise do discurso político: O discurso comunista endereçado aos cristãos*. EdUFSCar.

Foucault, M. (2007). *A arqueologia do saber* (7ª ed.). Forense Universitária.

Mouffe, C. (2015). *Sobre o político* (1ª ed.). WMF Martins Fontes.

Neves, M. H. de M. (2011). *Gramática de usos do português* (2ª ed.). Editora UNESP.

Orlandi, E. P. (1983). *A linguagem e seu funcionamento: As formas do discurso*. Brasiliense.

Orlandi, E. P. (2007). *As formas do silêncio: No movimento dos sentidos* (6ª ed.). Editora da UNICAMP.

Orlandi, E. P. (2012). *Discurso em análise: Sujeito, sentido e ideologia* (2ª ed.). Pontes.

Orlandi, E. P. (2017). *Eu, tu, ele: Discurso e real da história* (2ª ed.). Pontes.

Pêcheux, M. (2010). Ler o arquivo hoje. In E. P. Orlandi (Org.), *Gestos de leitura: Da história no discurso* (pp. 49–59). Editora da UNICAMP.

Piovezani, C., & Gentile, E. (2020). *A linguagem fascista* (1ª ed.). Hedra.

Saussure, F. de. (2004). Sobre a essência dupla da linguagem. In F. de Saussure, *Escritos de linguística geral* (pp. 19–80). Cultrix.

Sennett, R. (2014). *O declínio do homem público*. Record.

Silveira, J. da. (2018). Hashtag e argumentação: Proposta para o ensino de escrita e leitura em textualidades digitais. *Papéis: Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, 21*(41), 218–224. https://periodicos.ufms.br/index.php/papeis/article/view/5764

Tiburi, M. (2015). *Como conversar com um fascista*. Record.